

Lutas ambientais no Norte brasileiro

Rodolfo Salm

Em primeiro lugar, é importante eu falar um pouco sobre mim, e das implicações do que eu sou para o desenvolvimento desta aula. Não sou antropólogo, sociólogo ou historiador, mas um biólogo, ecólogo e ecologista, que estuda a distribuição e abundância de palmeiras na floresta amazônica. Então, por que me sinto minimamente qualificado para falar sobre “Lutas ambientais no Norte brasileiro”? Em primeiro lugar porque fiz meus primeiros estudos ecológicos na Terra Indígena Kayapó, dos índios Kayapó, que tem imensa importância na preservação das florestas da Amazônia Oriental, e sigo em contato com a sua luta. Depois, concluído o doutorado, vim ensinar ecologia na Universidade Federal do Pará em Altamira, onde imediatamente tive contato com a luta contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte e que hoje é um dos vértices do assim chamado “Triângulo do Fogo” dada a intensidade dos seus incêndios florestais, os outros dois vértices, Novo Progresso e São Felix do Xingu. Não estou acostumado a tratar em aula de questões históricas ou sociais. Assim, perguntas e comentários são bem vindos durante a apresentação para nos ajudar a orientar as discussões.

Uma outra questão é que gostaria de chamar esta aula de “Lutas ambientais na **Amazônia** brasileira”, apesar de ser praticamente a mesma região do “Norte do Brasil”, com a exceção de duas áreas no Oeste do Maranhão e norte do Mato Grosso, que fazem parte da Amazônia apesar de estarem no Nordeste e Centro Oeste, uma vez que o termo Amazônia faz referência ao bioma.

Outra questão mais séria diz respeito à definição do que são “lutas ambientais”. Pensando no assunto para organizar essa apresentação cheguei à conclusão de que estas são quase que inexistentes, ou quase que completamente incipientes. Isso se “lutas ambientais” forem definidas como as lutas pelo clima global, por espécies, ou por ecossistemas pelo seu valor em si, em oposição às várias lutas dos povos pela sua simples sobrevivência e preservação de seu modo de vida, contra sanha colonizadora e exploradora do invasor. Apesar de gloriosas e dignas de todo respeito, essa resistência de índios, ribeirinhos, caboclos e quilombolas, em essência se assemelha (mal comparando) à reação que vespas têm ao invasor que ameaça suas colmeias. Não quero que me entendam mal nesse ponto. Todo povo lutando pelo seu território está na verdade lutando por todo o seu universo, mas não necessariamente da forma como nós, modernamente vemos a questão ambiental. Sobre a comparação com as vespas, acho que os índios que conheço a considerariam apropriada. Voltando ao ponto principal, essas lutas pela sobrevivência são absolutamente antigas e devem remontar às primeiras tentativas de entrada de europeus no ambiente amazônico através de sua rede fluvial, procurando pedras preciosas, caçando tartarugas, explorando peixes-boi, buscando peles de onças, ariranhas e ect. Uma época de grandes massacres que reduziram a população

de indígena, que era de alguns milhões quando do primeiro contato a uma pequena fração deste total.

Neste ponto, retorno à história do povo Kayapó, que são os índios que conheço melhor. Os Kayapó são um povo tradicionalmente da região do Cerrado, mas no início do século passado, a expansão das fazendas de gado na região do Tocantins e do Araguaia e do contato por terra de Belém com o resto do país, os empurraram para o oeste, para a região de florestas do rio Xingu. Eu soube através dos índios de batalhas que eles travaram com famílias isoladas de seringueiros que ocupavam o curso de afluentes do Xingu e que foram massacradas por esses índios. As marcas deixadas por esses antigos moradores na floresta que cresceu sobre seus antigos roçados, caracteristicamente ricas em palmeiras inajá, incluem objetos de metal abandonados na mata por esses brasileiros, fizeram parte do meu estudo de doutorado. No final dos anos 90 ainda pude falar com alguns dos índios mais velhos que participaram desses massacres. Graças a dominação dessas terras pelos índios é que aquela área que ocupam ainda está coberta por floresta.

Apesar do resultado dessa luta ter sido extremamente benéfico para a preservação ambiental e conservação da biodiversidade, não se pode caracterizá-la como uma “luta ambiental” uma vez que os Kayapó na época não tinham ideia desse efeito e lutavam apenas por um lugar para seguir vivendo como estavam acostumados.

Por que as lutas “verdadeiramente” ambientais são tão difíceis de se identificar na história amazônica? Em primeiro lugar, a consciência ambiental global da forma como conhecemos, e que eu defini no escopo dessa apresentação, é um fenômeno relativamente recente. Vem das noções cientificamente embasadas e difundidas de que o planeta sofre processos acelerados de deterioração climática e de biodiversidade. Apesar dos primeiros sinais dessas tendências já terem sido identificados no século XIX, essas noções tornaram-se populares, sobretudo na Europa e Estados Unidos, a partir da década de 1960. Além disso, nas sociedades não-indígenas amazônicas, onde a urbanização é bastante restrita, as pessoas dividem-se basicamente em uma minoria endinheirada que vive justamente da exploração predatória do meio ambiente na forma de exploração madeireira, da mineração ou da criação de gado em terras desmatadas, ou são comerciantes e ou de grupos pequenos de profissionais liberais que são dependentes demais daqueles primeiros ligados aos lucros decorrentes de atividades causadoras da degradação ambiental para se opor abertamente a devastação. E uma maioria de pobres e oprimidos de toda ordem que precisa lutar cotidianamente pela sobrevivência, sem tempo nem condições de pensar no futuro do planeta ou da humanidade.

Entretanto, há, sim, um movimento ambientalista incipiente que começa a tomar forma, principalmente em grandes centros urbanos como Belém e Manaus, mas também em cidades menores como Altamira, de onde estou falando. Movimento este que nasce da união de lideranças indígenas e ribeirinhas e pesquisadores de universidades e centros de pesquisa como a UFPA (Universidade Federal do Pará) e outras, o INPA (Instituto

de Pesquisas da Amazônia), o Museu Paraense Emílio Goeldi e diversas ONGs brasileiras e internacionais. Nesse contexto, os Ministérios Públicos estaduais e federais e funcionários de órgãos governamentais como o IBAMA e Instituto Chico Mendes também desempenham papel importante. Tudo isso com a participação de um corpo cada de vez mais consciente e mobilizados de estudantes e a visita eventual de pesquisadores, artistas, jornalistas e documentaristas estrangeiros. Pensando nesse processo, do meu ponto de vista, auge desse movimento foi uma reunião que tive com os movimentos sociais e o renomado diretor James Cameron, que partiu de Altamira para uma aldeia indígena acompanhado por Sigourney Weaver, estrela do thriller Alien, no contexto da luta contra Belo Monte. Luta esta que, infelizmente, não foi bem sucedida, por motivos que discutirei mais tarde.

Um marco fundamental no movimento ambiental na Amazônia foi movimento dos seringueiros do Acre na década de 1980, liderados por Chico Mendes. Em princípio, esse movimento caía naquela definição inicial de luta pela sobrevivência de um modo de vida, no caso, do modo de vida seringueiro, que precisava da floresta para seguir com sua atividade extrativista, e que era ameaçada pela expansão das fazendas de gado sobre sua região. Sua luta era baseada nos chamados “empates” que consistia na obstrução das operações de desmatamento com a presença de homens, mulheres e crianças pacificamente colocados no caminho dos desmatadores. Foi o contato com a comunidade internacional que, provavelmente, levou Chico Mendes um nível além, ao verdadeiro ambientalismo. Em algum momento, Chico Mendes percebeu que lutava por algo maior, com um significado relevante para toda a humanidade. O líder seringueiro foi classificado pelo jornal New York Times como "um símbolo de todo o planeta" e a ONU o reconheceu pela luta pela floresta. Mas foi somente com seu assassinato que ficou amplamente conhecido no Brasil. Eu estive no Acre no início dos anos 2000, no princípio do Governo Lula, como parte de um grupo de trabalho selecionado para o processo demarcação de uma terra indígena naquele estado e pude visitar, não apenas a casinha onde viveu Chico Mendes, mas também a reserva extrativista cuja criação foi resultado da luta de Chico Mendes. Fiquei muito impressionado e pessimista com a profusão de pequenos desmatamentos para a criação de gado dentro da Reserva Extrativista. Voltando dessa viagem tive contato com o recém lançado livro de Zuenir Ventura “Chico Mendes: Crime e castigo”. Me incomodou no livro o clima de otimismo com o movimento ambiental no Acre e suas lideranças descrito por Zuenir. O que eu vi na minha viagem foi, acima de tudo, a perspectiva de um desastre com o alastramento dos desmatamentos que só tende a crescer com a conexão rodoviária com o resto do país e a saída para o pacífico através dos Andes, que agora Bolsonaro promete finalizar.

Aqui é importante fazer algumas observações sobre a principal herdeira do movimento de Chico Mendes: Marina Silva. Tenho fortes críticas a ela. Reparem que não são as críticas que geralmente se faz. De que ela seja uma ecologista radical. Não é! Já votei nela para presidente. Não em 2018, quando preferi o Guilherme Boulos do PSOL, mas ainda assim ela foi uma possibilidade para mim até o último momento. À frente do Ministério do Meio Ambiente, no primeiro governo Lula, ela aprovou a construção das

desastrosas hidrelétricas do rio Madeira e a pavimentação da estrada BR 163 no Pará. É fato que impôs uma série de condicionantes para a construção das barragens, mas elas não evitaram o desastre ecológico decorrente dessa obra como de todas as grandes hidrelétricas da Região Amazônica, neste caso ampliados pela grande quantidade de sedimentos naturalmente carregados por este rio. No caso da pavimentação da BR 163, é verdade que ela criou uma série de unidades de conservação ao longo da rodovia. O que não impediu que esta rodovia hoje tenha se tornado hoje um dos principais focos de desmatamentos e queimadas da Amazônia. É verdade que sob seu comando o governo conseguiu reduzir substancialmente as taxas de desmatamento na Amazônia. Mas tinha a obrigação de saber que outros governos inevitavelmente viriam, como de fato aconteceu, e que a obra que ela aprovou, agora sob um sistema de vigilância menos rígido, causaria imensos desmatamentos. Então, atribuo a ela parte da responsabilidade sobre caos de garimpos, incêndios e desmatamentos que observamos hoje na região. Diante de um ministro do Meio Ambiente tão bandido e desprezível como o atual Ricardo Salles, é difícil criticar Marina Silva. Mas se tomarmos esse governo atual como parâmetro não poderemos criticar ninguém nunca mais por coisa nenhuma dado o baixo nível generalizado em todas as áreas.

Voltando à Marina Silva, além dos fatos citados acima, que por si só comprometem seriamente sua imagem de ambientalista, seu grande problema é que ela tem uma visão neoliberal da conservação ambiental. Essencialmente, acredita que, se quisermos que a Floresta Amazônica sobreviva, precisamos fazer com que seja financeiramente rentável. Segundo esta visão, é necessário que a floresta em pé dê mais lucro para seu proprietário do que sua conversão em pastagens. Infelizmente, a floresta não “pensa” assim. E ela é diversa demais com árvores que crescem devagar demais para a exploração madeireira sustentável nos moldes em que se desenvolve nas florestas temperadas. Mas foi pensando assim que Marina Silva apoiou a criação do Serviço Florestal Brasileiro, responsável pela concessão de extensas áreas de florestas públicas para a iniciativa privada que teria o direito de explorá-las através de atividades madeireiras por várias décadas. Por esta época, fui convidado a participar de um destes encontros para promover o “Manejo florestal comunitário sustentável”. Financiado por ONGs de conservação como Greenpeace e WWF, visava incentivar e dar apoio técnico para comunidades tradicionais a explorarem o “potencial madeireiro” de suas florestas. Na época, fiquei chocado com o quão pouco se prestava atenção no questionamento de se realmente a exploração seria sustentável e quais seriam suas consequências para o futuro das florestas, especialmente em um cenário de mudanças climáticas e aumento da probabilidade de incêndios florestais. Denunciei esse escândalo em artigo ao Correio da Cidadania. Nunca houve transparência quanto a estes processos de exploração, as tentativas de exploração comunitária fracassaram e o dinheiro investido teria sido mais bem empregado na conservação *sensu stricto* da floresta. Hoje, o tal Serviço Florestal Brasileiro foi entregue ao Ministério da Agronomia da Ministra –a Rainha do Veneno. Imaginem o estrago.

Agora, aquela que eu já chamei de “a maior luta ambiental de todos os tempos” foi a campanha contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. É triste denominá-la assim porque perdemos essa. E as consequências dessa derrota foram, estão sendo, e seguirão sendo para todo sempre, terríveis. Moro em frente ao rio Xingu em seu trecho impactado por Belo Monte acompanhei todo o processo de oposição à barragem, de construção da ideia, vendida ao povo brasileiro, de que ela deveria ser construída, sua construção propriamente dita e os impactos que ocorreram durante e após a obra. São tantas as questões que acho que preferia abrir para conversa com vocês do que tentar esgotar esse tema. Mas vou tentar fazer um apanhado geral. Belo Monte foi um projeto da ditadura militar dentro de um plano ultrapassado de colonização e extermínio da floresta e de seus povos nativos. Nunca fez sentido economicamente devido à distância dos grandes centros consumidores e da forte sazonalidade climática que faz com que a usina só seja ativa por uma pequena parte do ano, quando o rio tem água suficiente para rodar suas turbinas. O triste é que esse projeto, que trouxe tanto sofrimento e destruição foi posto em prática pelos governos do PT, que traziam também as maiores esperanças para a esquerda no período pós democratização. Se a sua construção não fazia sentido energética ou economicamente, então por que foi levada adiante, mesmo diante dos repetidos alertas de especialistas sobre seus impactos sobre o rio, a floresta e as comunidades locais? Pelas promessas de doações milionárias de campanha de empreiteiras para a eleições de Dilma Rousseff em 2010 e 2014 e uma série de propinas e corrupções em todos os níveis. Não duvido que Lula e Dilma não tenham sido beneficiados diretamente pelos esquemas ligados a Belo Monte. Se tivessem sido, a essa altura isso já teria sido descoberto, de tanto que se investigou e se tentou condená-los por corrupção, terminando com dois casos precários do sítio de Atibaia e do apartamento no Guarujá. Mas, no mínimo, foram coniventes com um processo corrupto comandado pelo ministro das Minas e Energia de Lula e Dilma, Edson Lobão, do PMDB e uma infinidade de outros políticos de moral nada ilibada.

Infelizmente, por ser um projeto executado por um governo de esquerda, vários dos políticos e artistas “engajados” de quem se esperava apoio aos povos locais, oprimidos, se abstiveram do debate. Gleisi Hoffmann, que hoje tanto se manifesta a favor da democracia foi uma das grandes defensoras do projeto, junto com Jandira Feghali. E nossos grandes artistas Gilberto Gil, Chico Buarque e Caetano Veloso? Nenhum desses se opôs abertamente ao projeto. Ficamos então um grupo de cientistas, indígenas, ribeirinhos e outros que seriam atingidos pela barragem quase que isolados em uma luta de Davi contra Golias. Os poucos artistas que se uniram ao nosso movimento o fizeram de longe, sem maior envolvimento, e, portanto, de forma ineficiente, frequentemente falando bobagens por desconhecer o tema em profundidade. Encurtando a estória longa, a cidade da Altamira foi invadida por um exército de trabalhadores de fora, o custo de vida foi para as alturas, junto com a criminalidade, prostituição infantil ect. O rio, acima da barragem alagou permanentemente suas margens matando a vegetação, envenenando a água e matando os peixes, seu fundo se encheu de lama acabando com as praias e qualquer possibilidade de turismo ecológico sustentável na região. Abaixo da barragem falta água para as comunidades da Volta Grande do Xingu, morrem peixes também, a

navegabilidade está comprometida. As condicionantes para a construção da barragem, em sua maioria, não foram cumpridas, as terras indígenas estão cada vez mais invadidas, o desmatamento atingiu níveis catastróficos na região.

Hoje, tenho muita dificuldade em imaginar possibilidades de desenvolvimento sustentável para a região, que deve seguir sua espiral de mais devastação, mais degradação ambiental e miséria, levando boa parte da Amazônia consigo. O novo grande projeto nesse sentido é a instalação da mineradora canadense Belo Sun, logo abaixo da Volta Grande do Xingu, que pretende explorar ao longo das próximas décadas várias toneladas de ouro, deixando para trás uma montanha gigantesca de rejeito de cianeto tão tóxico que fariam os desastres de Mariana e Brumadinho parecer brincadeira de criança.

Não é verdade que se pode sobrevoar a Amazônia por horas sem que se veja qualquer sinal de devastação. Esse é um mito antigo que os bolsominions tentam manter e renovar. Trata-se, é verdade, de uma enorme região com imensas áreas de natureza preservada, explorada e devastada com lutas ambientais e de sobrevivência por toda parte. Não pretendia falar de todas nesse curto espaço de tempo, mesmo porque não tenho formação para isso, mas daquelas importantes que por um motivo ou por outro foram mais importantes para mim. Certamente deixei passar muita coisa, como a redação da Constituição de 1988 em que os índios Kayapo também tiveram grande participação junto com outras lideranças importantes como Ailton Krenak, e a Eco 92 em que os índios esperavam conquistar grandes vitórias, mas tiveram seu movimento desarticulado com pela acusação injusta de estupro de uma estudante pelo seu maior líder na época, o Kayapó Paulinho Paiakan, morto recentemente com a Covid19.

E o futuro? Nosso país está tomado por uma quadrilha de milicianos vindos do Rio de Janeiro, mas que se uniram com bandidos de todo tipo e todos os lugares, incluindo madeireiros, garimpeiros e grileiros desmatadores. Se ao longo de nossa história tivemos vários governos pouco ou nada comprometidos com a preservação ambiental, pela primeira vez temos no poder pessoas que explicitamente desejam ver a floresta desprotegida e conseqüentemente destruída junto com a cultura de seus povos originais. Enquanto essas pessoas estiverem no poder não há qualquer possibilidade de vitória ou avanço nas lutas ambientais. O momento é de resistir, mas não só isso. Precisamos de todo apoio para tirar Bolsonaro do poder, junto com Ricardo Salles e companhia. Para isso devemos contar inclusive com a comunidade internacional que não tolera ver a maior floresta tropical do mundo ardendo em chamas. Não porque a comunidade internacional seja “boazinha”, mas porque sabe das conseqüências de sua destruição para o clima do planeta e as perspectivas de sobrevivência de seus próprios países. Assim, acredito no boicote econômico aos produtos brasileiros do desmatamento como estratégia de pressão para a remoção desse governo daninho. Recuperado o controle do país, os responsáveis pela devastação em curso devem ser julgados e condenados pelos seus crimes. O IBAMA e outros órgãos de fiscalização ambiental devem ser restaurados, a FUNAI precisa voltar a ser um órgão de apoio aos índios. Suas terras

devem ser libertas das mãos dos garimpeiros e de pastores evangélicos que também garimpam por suas almas, visando a mesma finalidade de acumular riqueza. A luta pela preservação ambiental na Amazônia, mais do que nunca é, hoje, a luta pela salvação do Brasil.